Globethics Repository



Nunca esteve tâo longe a distância entre o País que podemos ser e o País que somos [It has never been so far the distance between the Country that we can be and the Country that we are]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Pochmann,Márcio
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-15 12:27:27
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/163364

de autoria de Carlo Vercellone[1]. Ele nos serviu de inspiração na elaboração deste boletim, com o qual queremos contribuir para que o debate sobre o desemprego, nos partidos, na universidade e na sociedade brasileira, em geral, seja um pouco mais consistente do que tem sido. Conseguimos este objetivo? Tu, caro leitor, é que vais dizer!
Uma excelente semana para todos!

"NUNCA ESTEVE TÃO LONGE A DISTÂNCIA ENTRE O PAÍS QUE PODEMOS SER E O PAÍS QUE SOMOS"

Entrevista com Márcio Pochmann

IHU On-Line *conversou com Márcio Pochmann, secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS) do município de São Paulo e professor do Departamento de Política e História Econômica do Instituto de Economia da Unicamp. Ele é bacharel em Ciências Econômicas, especialista em Ciências Políticas pela Associação de Ensino Superior do Distrito Federal, doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp, especialista em Relações de Trabalho pela Universidade de Bologna, na Itália. É autor de inúmeros livros. É um dos organizadores do recém –lançado* ***Atlas da Exclusão Social. Volume 3: Os ricos no Brasil****. São Paulo: Cortez Editora, 2004.*

IHU On-Line**- O governo atual está com os mais altos índices de desemprego. Trata-se de uma questão de conjuntura, ou algo mais profundo que o próprio governo não está sabendo decifrar?**

Márcio Pochmann- De fato, estamos com uma crise estrutural de emprego no Brasil que foi adicionada por elementos de ordem conjuntural. Desde inícios dos anos 1990, o desemprego está crescendo no Brasil, agravado pelas opções do governo atual. Há para mim três motivos: o primeiro é a ausência de crescimento econômico. Estamos completando quase 25 anos sem crescimento econômico sustentável. Precisaríamos estar crescendo de 5 a 6% ao ano para poder abrir algo como 2 milhões e trezentos mil postos de trabalho a cada ano, que é o equivalente ao número de pessoas que ingressam no mercado de trabalho por ano. Como de 1981 até o ano passado, crescemos em média 2% ao ano, temos a geração de excedente de mão-de-obra. Esse é o primeiro motivo que leva a uma crise estrutural de emprego. O segundo motivo diz respeito a uma redução na participação dos salários na renda nacional. Em 1980, essa participação era equivalente a 50%. De todo o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, 50% era formado de salários. Em 2002, o último dado que temos, a participação dos salários na renda nacional era de 36%. O que significa essa queda? Significa uma maior pressão da classe trabalhadora, objetivando elevar ou compensar o efeito dessa queda de renda. Temos uma pressão muito grande de aposentados. Eles são 6 milhões que, embora estejam aposentados, não abandonam o mercado de trabalho, e isso dificulta o ingresso de jovens, por exemplo.

[1] ***Sommes nous sortis du capitalisme industriel?,*** organizado por Carlo Vercellone, professor da Universidade de Paris I e membro do comitê de redação da revista ***Multitudes***. O livro se divide em três grandes partes: 1ª. Do capitalismo industrial à economia do conhecimento: a caminho de um século XXI pós-smitheano?; 2ª Transformação da divisão do trabalho e financeirização; 3ª. Transformação da divisão do trabalho e novas formas de repartição: a renda social garantida. O livro é publicado pela Editora La Dispute de Paris.

Temos também um aumento considerável nas horas extraordinárias. Em 2002, tivemos 31 milhões de trabalhadores com jornadas acima de 44 horas semanais. Temos menos pessoas trabalhando mais, o que, obviamente, reduz a jornada de trabalho de indivíduos ou até deixa alguns sem emprego. Esses 31 milhões com jornadas além das 44 horas semanais estariam tirando 7 milhões de postos de trabalhos que não estão sendo ocupados, por causa das horas extras. E temos 5 milhões de crianças e adolescentes que, em tese, não deveriam estar trabalhando, mas, por força certamente da baixa renda, terminam buscando uma forma de ajudar à família. Tudo isso constitui essa queda na renda do trabalho. A terceira razão diz respeito à forma com que o País tem se inserido na economia mundial. O Brasil está transformado num país de especialização em atividades de baixo conteúdo tecnológico e reduzido valor agregado. Através do agronegócio, o Brasil está se especializando, por exemplo, em suco de laranja e outras atividades que utilizam pouca mão-de-obra e têm baixo valor agregado tecnológico, de tal forma que esse tipo de inflexão na economia mundial é pouco geradora de emprego e os que gera são precários.

***IHU On-Line*- Qual é a saída que o senhor vê para cada um desses três fatores que assinala como responsáveis pelo desemprego?**
Márcio Pochmann- Em primeiro lugar, o Brasil não tem um projeto de desenvolvimento nacional. Não se sabe para onde vai. Se nós vamos continuar operando dessa maneira ou vamos fortalecer setores que são intensivos em tecnologias, por exemplo, que melhorariam a inserção do País na economia mundial. Existem países como a China, como a Índia, como a Coréia e a Irlanda que alteraram a sua participação na economia mundial, sobretudo porque se concentraram em setores que são mais competitivos e geram maior valor agregado que são setores intensivos em tecnologia. Nesse sentido, a constituição de um projeto de desenvolvimento precisa levar em consideração as oportunidades que a economia global abre e lamentavelmente não temos aproveitado isso. O segundo aspecto diz respeito a um choque distributivo que precisaríamos ter. Nós precisaríamos de uma reforma tributária que significasse a tributação dos ricos e não dos pobres como temos atualmente. Os impostos no Brasil oneram fundamentalmente os pobres. Os ricos não pagam impostos. Isso é um problema reformista. A proposta que o governo chamou de reforma tributária tinha como um dos seus objetivos introduzir imposto único de 4%, esse imposto não foi praticamente nem discutido, ele foi descartado. E ao mesmo tempo é absolutamente fundamental avançarmos nos programas de transferência de renda sobretudo para a juventude, filhos dos pobres, que não tem outra alternativa que não seja aumentar a escolaridade, completar o ensino médio, abandonar a entrada imediata no mercado de trabalho. Isso significa transferência de renda para que, de fato, eles possam completar o ensino médio, um programa como bolsa-família que garanta renda para os 4 milhões de jovens que estão fora do ensino básico e fundamental. Passar renda de quem tem para os que não a têm.

***IHU On-Line*- Fala-se em redução da jornada de trabalho como saída, de fato menos pessoas estão cada vez trabalhando mais horas. Que saída haveria para essa situação?**
Márcio Pochmann- No caso da redução da jornada de trabalho, acho que é um componente importante, inclusive, na agenda da luta dos trabalhadores. O primeiro passo a ser dado certamente é a contenção das horas extras. As empresas, em geral, pagam já o adicional à hora normal, quando se trata da hora extra, então ou se aumenta drasticamente o custo da hora extra, fazendo com que esse custo a mais não seja transferido para o trabalhador, e sim para um fundo que ajudasse a financiar quem não está sendo contratado, porque os que trabalham fazem horas extras. Da forma como existe a hora extra atualmente no Brasil, o empresário não

precisa contratar imediatamente alguém, porque ele paga um pouco mais à pessoa que está trabalhando: interessa ao trabalhador e à empresa, mas prejudica aqueles que estão sem trabalhar. Eu penso que devem ser tributadas drasticamente as horas extras, só que essa tributação adicional iria para um fundo público, e não para o trabalhador. Essa forma desestimularia, mas não as evitaria, porque como diz o nome é hora extraordinária para algo eventual, e não deveria ser considerada uma cultura como acontece atualmente.

***IHU On-Line* - Que relações poderíamos estabelecer entre o desemprego e a precarização do trabalho no Brasil e as relações do Governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI)?**
Márcio Pochmann- Certamente há uma relação direta, porque os parâmetros estruturais da política macroeconômica não foram alterados. Há basicamente uma continuidade. Há alterações nos detalhes, mas não na essência da política macroeconômica, justamente aquela que acredita ser o papel do setor público residual na orientação das atividades econômicas em geral. Obviamente que esse esvaziamento do papel do Estado está diretamente ligado ao perfil dos postos de trabalho que são gerados no Brasil. Entre 1992 e 2002, 70% das oportunidades de trabalho que foram abertas estavam associadas a quatro tipos de ocupações: trabalho doméstico, trabalho ambulante, trabalho de asseio e conservação e trabalho de segurança, ocupações que não demandam grande escolaridade nem recebem grande remuneração. São muito precárias, em sua maioria à margem do sistema de proteção social ou trabalhista.

***IHU On-Line*- Que novos empregos poderiam e deveriam ser criados urgentemente no Brasil? Por que isso não aconteceu ainda?**
Márcio Pochmann- Não aconteceu e nem vai acontecer se a economia não voltar a crescer. O governo podia ter tomado a iniciativa de ampliar, por exemplo, o seguro-desemprego, que seria uma forma de, se não aumentar o nível de emprego, pelo menos evitar que os desempregados tivessem um rebaixamento drástico no seu padrão de vida. Outra medida importante seria um grande programa de transferência de renda para pessoas desempregadas de longa duração, associado à capacitação prática e teórica. Um programa para mais ou menos 2 milhões de pessoas seria um passo importante do ponto de vista de estimular a economia e garantir algum nível de ocupação para essas pessoas, especialmente me refiro ao Estado, porque o setor privado não tem capacidade de antecipar gastos, quando não há sinais de recuperação da economia. Por outro lado, também seria necessário um ajuste drástico no programa Primeiro Emprego que se volta principalmente para os jovens, mas as opções que se tomaram para constituí-lo, lamentavelmente não apontam para esse sentido.

***IHU On-Line*- Que possibilidades e que riscos o senhor vê nas reformas sindical e trabalhista que estão na agenda do Governo Lula?**
Márcio Pochmann- Trabalho com a hipótese de que o curso das reformas são justamente para fortalecer as entidades de representação de interesses de desempregados e empregadores, porque, do contrário, seria um equívoco, um enfraquecimento das instituições, já que elas são sustentáculos da democracia e um país como Brasil que não tem experiência democrática, seria extremamente grave enfraquecer ainda mais as instituições que representam interesses dos trabalhadores. A minha grande incógnita é que a perspectiva da reforma sindical e trabalhista não aponte para um projeto nacional de desenvolvimento. A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) é uma lei constituída tendo em vista um projeto de desenvolvimento do País, que era a industrialização e urbanização nacional. A CLT normatiza o trabalho assalariado, que, nos anos de 1930-1940, era residual no Brasil, no setor urbano. A principal ocupação não era

assalariada e estava no campo. O que houve foi o compromisso do País em constituir a chamada sociedade salarial, quando ainda o trabalho assalariado era minoritário. A CLT hoje tem várias décadas de existência, e o assalariamento continua como foi. A CLT se fosse instituída antes dos anos de 1930, provavelmente não teria a eficácia que teve, porque o modelo econômico era desfavorável ao assalariamento. Acho que é isso o que está faltando na discussão sobre a reforma sindical e trabalhista: que tipo de projeto de país nós queremos para as próximas cinco décadas? Qual vai ser o centro do trabalho? Vai ser trabalho assalariado, autônomo, cooperativo? Isso não está claro. Vai haver uma mudança que é basicamente interesse de assalariados. Hoje a cada dois ocupados um é assalariado. Outros são autônomos, e esse segmento não tem representação.

***IHU On-Line*- As recentes declarações do presidente do PT, José Genoino, afirmando que o rumo da política econômica do governo não vai mudar, estariam matando as esperanças da representação desses setores?**
Márcio Pochmann- Com certeza, o governo federal dá demonstrações de que ele está convencido de que, aplicando a mesma política econômica do governo anterior, pode obter resultados diferentes. Entendo que será algo inédito se isso ocorrer. Estamos condenados a colher resultados que já sabemos quais são.

***IHU On-Line*- O que deveria mudar urgente nas universidades para que sejam instituições que não se conformem em preparar pessoas para o mercado de trabalho, e sim questionem mais esse mercado que expulsa pessoas e proponham outras alternativas?**
Márcio Pochmann- Eu entendo que a sociedade brasileira, de uma maneira geral, está inconformada com o País que nós temos hoje. Celso Furtado disse que nunca esteve tão longe a distância entre o País que podemos ser e o País que de fato somos. O papel da universidade, entre outros, é o de conhecer melhor a realidade brasileira e oferecer uma melhor avaliação do Brasil nas suas mais diferentes áreas de conhecimento. O primeiro passo para transformar a realidade é conhecê-la. Este é o compromisso da universidade: oferecer indicadores que permitam conhecer a realidade, para que o universitário, que tem acesso ao conhecimento, possa ajudar a transformar o País.

"ELIMINAR O DESEMPREGO NO CAPITALISMO É UMA FICÇÃO"

Entrevista com Ricardo Antunes

Ricardo Antunes é Professor Titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Recentemente foi Visiting Research Fellow na Universidade de Sussex, Inglaterra. Fez concurso para Titular e fez Livre-Docência na Unicamp, em Sociologia do Trabalho. Doutorou-se em Sociologia, pela USP e fez Mestrado em Ciência Política na Unicamp. Publicou diversos livros entre os quais destacamos ***A Rebeldia do Trabalho*** *(Campinas: Unicamp,1986);* ***Adeus ao Trabalho?*** *(São Paulo: Cortez, 1998); e* ***Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho****. São Paulo: Boitempo, 7ª edição, 2002.*
Atualmente coordena a Coleção Mundo do Trabalho, pela Boitempo Editorial e Trabalho e Emancipação, pela Editora Expressão Popular. Colabora regularmente em revistas e jornais nacionais e estrangeiros. O professor, escritor e pesquisador conversou com ***IHU On-Line****, por telefone na sexta-feira passada sobre o lugar do trabalho na sociedade contemporânea. Dele,* ***IHU On-Line*** *publicou uma entrevista na 97ª edição, de 19 de abril de 2004.*